



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MOGI DAS CRUZES**

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

**EXERCÍCIO
DE
2018**

ÍNDICE

Página(s)

Balanço Patrimonial	2
Demonstração do Resultado do Período	3
Demonstração do Patrimônio Líquido	4
Demonstração dos Fluxos de Caixa	5
Notas Explicativas	6 à 19

**BALANÇO PATRIMONIAL
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(em Reais)**

ATIVO	Notas	2018	2017
ATIVO CIRCULANTE			
Bancos - Contas Movimento	4	107,91	89.501,00
Bancos - Aplicações Financeiras	5	5.196.202,92	3.126.143,49
Adiantamentos a Fornecedores		-	910,00
Adiantamentos a Empregados	6	158.871,59	222.747,47
Adiantamentos para Despesas		1.705,36	1.805,34
Impostos Recuperáveis		1.333,10	32.347,97
Créditos de Contratos de Gestão	7	1.440.310,52	110.600,76
Outros Créditos		7.818,67	-
		6.806.350,07	3.584.056,03
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Imobilizado	8	129.122,05	161.123,44
Intangível	9	-	288,19
		129.122,05	161.411,63
TOTAL DO ATIVO		6.935.472,12	3.745.467,66
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores		480.332,08	296.741,60
Obrigações Trabalhistas	10	966.778,08	1.023.939,18
Obrigações Sociais e Fiscais	11	459.946,83	547.964,12
Empréstimos Bancários	12	-	1.303.903,11
Contas a Pagar		98.046,48	49.916,86
Provisões para Férias e Encargos		1.165.181,15	1.798.776,01
Provisões para Contingências	13	280.835,24	280.835,24
		3.451.119,86	5.302.076,12
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Contas a Pagar		5.669,94	-
Bens Públicos em nosso poder	14	129.122,05	161.411,63
		134.791,99	161.411,63
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Patrimônio Social		(1.718.020,09)	(3.671.947,11)
Superávit do Exercício	27	5.333.633,60	2.653.809,04
Transferências Patrimoniais		(266.053,24)	(699.882,02)
		3.349.560,27	(1.718.020,09)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		6.935.472,12	3.745.467,66

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
DO PERÍODO FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(em Reais)

	Notas	2018	2017
RECEITAS LÍQUIDAS	15	43.971.520,22	43.043.359,35
Contratos de Gestão	16	44.278.475,31	43.574.157,91
Realização de Bens Públicos em nosso poder		34.953,73	35.226,61
(-) Repasse destinado à aquisição de Imobilizado	3.g	(2.664,15)	-
(-) Devolução de Recursos Públicos	17	(251.967,75)	(15.030,48)
(-) Readequação Financeira	17	-	(200.000,00)
(-) Glosas sobre Contratos e Convênios		(87.276,92)	(350.994,69)
CUSTOS		(38.262.699,85)	(39.573.145,85)
Pessoal e Reflexo	19	(21.154.332,61)	(23.494.013,33)
Serviços Terceirizados	20	(16.864.436,82)	(15.890.893,14)
Medicamentos e Materiais de Consumo	21	(243.930,42)	(188.239,38)
Custo da CPP (Contr. Previdenciária Patronal)	25	(4.687.631,04)	(4.858.909,06)
(-) Isenção da CPP Usufruída	25	4.687.631,04	4.858.909,06
(=) RESULTADO BRUTO		5.708.820,37	3.470.213,50
DESPESAS		(446.403,80)	(686.199,89)
Impostos, Taxas e Contribuições		(7.088,97)	(16.615,69)
Despesas Gerais	22	(439.314,83)	(669.584,20)
OUTRAS (DESPESAS) E RECEITAS OPERACIONAIS		598,80	331,50
Outras Receitas		598,80	331,50
(=) RESULTADO ANTES DAS REC/DESP FINANCEIRAS		5.263.015,37	2.784.345,11
RESULTADO FINANCEIRO	18	70.618,23	(130.536,07)
Receitas Financeiras		208.189,78	213.024,61
(-) Despesas Financeiras		(137.571,55)	(343.560,68)
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	27	5.333.633,60	2.653.809,04

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.



**DEMONSTRAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(em Reais)**

	Patrimônio Social	Superávit (Déficit)	Transferências Patrimoniais	Patrimônio Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(1.673.509,25)	(1.241.058,06)	(757.379,80)	(3.671.947,11)
Incorporação do Déficit Anterior	(1.241.058,06)	1.241.058,06	-	-
Incorporação das Transferências Patrimoniais	(757.379,80)	-	757.379,80	-
Transferências Patrimoniais	-	-	(699.882,02)	(699.882,02)
Superávit do Exercício	-	2.653.809,04	-	2.653.809,04
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(3.671.947,11)	2.653.809,04	(699.882,02)	(1.718.020,09)
Incorporação do Déficit Anterior	2.653.809,04	(2.653.809,04)	-	-
Incorporação das Transferências Patrimoniais	(699.882,02)	-	699.882,02	-
Transferências Patrimoniais	-	-	(266.053,24)	(266.053,24)
Superávit do Exercício	-	5.333.633,60	-	5.333.633,60
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(1.718.020,09)	5.333.633,60	(266.053,24)	3.349.560,27

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(em Reais)

	2018	2017
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit do Exercício	5.333.633,60	2.653.809,04
(Aumento) ou Redução do Ativo		
Adiantamentos a Fornecedores	910,00	(910,00)
Adiantamentos a Empregados	63.875,88	31.962,56
Adiantamentos para Despesas	99,98	(384,21)
Impostos Recuperáveis	31.014,87	(32.347,97)
Créditos com Contratos de Gestão	(1.329.709,76)	389.230,50
Outros Créditos	(7.818,67)	-
Aumento ou (Redução) do Passivo		
Fornecedores	183.590,48	(529.698,00)
Obrigações Trabalhistas	(57.161,10)	(154.570,23)
Obrigações Sociais e Fiscais	(88.017,29)	(113.736,41)
Provisões para Férias e Encargos	(633.594,86)	(226.243,38)
Outras Obrigações	53.799,56	416,00
Caixa líquido gerado nas Atividades Operacionais	3.550.622,69	2.017.527,90
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de Imobiliz./Intang. pertencente à Gestão Pública	2.664,15	-
Caixa líquido consumido nas Atividades de Investimento	2.664,15	-
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recebimento de Numerário para Aquisição de Imobilizado	(2.664,15)	-
Recebimento (Pagamento) de Empréstimos	(1.303.903,11)	(507.442,09)
Incorporação ao Patrimônio Líquido	(266.053,24)	(699.882,02)
Caixa líquido consumido nas Atividades de Financiamento	(1.572.620,50)	(1.207.324,11)
VARIAÇÃO LÍQUIDA NAS DISPONIBILIDADES	1.980.666,34	810.203,79
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Disponibilidades no Início do Exercício	3.215.644,49	2.405.440,70
Disponibilidades no Final do Exercício	5.196.310,83	3.215.644,49
VARIAÇÃO LÍQUIDA NAS DISPONIBILIDADES	1.980.666,34	810.203,79

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(em Reais)

1. **CONTEXTO OPERACIONAL**

O Centro de Estudos e Pesquisas “Dr. João Amorim” - CEJAM é uma entidade de direito privado, de caráter filantrópico, fundada em 1991, com o Estatuto Social original devidamente registrado no 3º Registro de Títulos e Documentos da Comarca da Capital do Estado de São Paulo sob o nº 454.301, registrada no Conselho Nacional de Assistência Social, portadora do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos, concedido por esse mesmo órgão, através do processo nº 44.006.000636/98-17, declarada de Utilidade Pública Federal pelo Decreto Federal s/nº, publicado no DOU, declarada de Utilidade Pública Estadual pelo Decreto Estadual nº 43.481/98, declarada de Utilidade Pública Municipal pelo Decreto Municipal nº 37.571/98, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o nº 66.518.267/0001-83.

O CEJAM mantém junto à Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes os seguintes contratos de gestão:

- **Contrato de Gestão nº 42, de 02 de junho de 2014:** visando ao desenvolvimento das ações e serviços da Unidade Básica de Saúde (UBS 24 Horas), em substituição do **Contrato de Gestão nº 67, de 13 de maio de 2010**, tendo seu encerramento em outubro de 2018;
- **Contrato de Gestão nº 45, de 09 de junho de 2014:** visando ao desenvolvimento das ações e serviços da Estratégia Saúde da Família (ESF), em substituição do **Contrato de Gestão nº 68, de 13 de maio de 2010**;
- **Contrato de Gestão nº 30, de 26 de maio de 2017:** visando a operacionalização, apoio e execução das Unidades de Estratégia de Saúde da Família (Conjunto Toyama e Novo Horizonte) e Programa de Agentes Comunitários de Saúde (Jundiapéba), em substituição do **Contrato de Gestão nº 42, de 25 de abril de 2012**;
- **Contrato de Gestão nº 67 de agosto de 2018:** visando a operacionalização, apoio e execução do gerenciamento das atividades e serviços de saúde na Unidade Clínica Ambulatorial de Especialidades Jundiapéba – UNICA – Dr. Arthur Domingo Fais.

A Entidade, para fazer frente ao déficit e patrimônio líquido negativo, vem buscando a manutenção e repactuação da parceria municipal, bem como, ações para a redução de seus custos, garantindo assim a continuidade das operações da Entidade.

As demonstrações contábeis da Entidade foram preparadas no pressuposto da continuidade normal e não inclui quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores de ativos ou aos valores e à classificação de passivos que seriam requeridos na impossibilidade da Entidade continuar em atividade.



2. BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.a) Declaração de conformidade:

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreende as disposições aplicáveis às instituições sem fins lucrativos e às fundações, expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a Resolução n.º 1.409, de 21 de setembro de 2012, que aprovou a ITG 2002 (R1), e a lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, que dispõem sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e regulam os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social a serem cumpridos pelas pessoas jurídicas de direito privado sem finalidades de lucros, especialmente entidades beneficentes de assistência social.

As mudanças introduzidas pela adoção às novas normas contábeis CPC 48/IFRS 9 Instrumentos Financeiros e CPC 47/IFRS 15 Receita de Contrato com Clientes não afetaram significativamente as políticas contábeis e suas aplicações a partir de 1º de janeiro de 2018 não causaram efeito nos saldos contábeis apresentados e comparativos, de abertura.

2.b) Base de mensuração:

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.c) Moeda funcional e moeda de apresentação:

Essas demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram mantidas em números inteiros.

2.d) Uso de estimativas e julgamentos:

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

3.a) Instrumentos financeiros:

- **Ativos financeiros não derivativos:** a Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Entidade tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado de empréstimos e recebíveis.
- **Caixa e equivalentes de caixa:** abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.
- **Instrumentos financeiros derivativos:** não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios de 2018 e 2017.

3.b) Imobilizado:

- **Reconhecimento e mensuração:** itens do imobilizado, são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. As aquisições com recursos públicos são registradas no ativo imobilizado, e os valores correspondentes às aquisições transferidos para o passivo não circulante, na conta de reserva de capital "bens públicos em nosso poder" e nela mantidos por tratar-se de itens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou outros fatores específicos.
- **Depreciação:** a depreciação é contabilizada normalmente no ativo imobilizado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida ao passivo não circulante, para amortizar o valor do custo do ativo, conforme a vida útil-econômica dos bens revisada pela Entidade. A Administração reavaliou a situação no exercício de 2018 e não detectou alterações relevantes, mantendo as taxas definidas em 2017. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:
 - Máquinas e equipamentos: 10 anos;
 - Equipamentos de uso médico: 10 anos;
 - Equipamentos de informática: 5 anos;
 - Móveis e utensílios: 10 anos.

3.c) Intangível:

- **Reconhecimento, mensuração e amortização:** o ativo intangível de vida útil definida é composto pelo direito de uso de programas de computador (software), que são amortizados usando-se método linear à taxa de 20% a.a.



3.d) Redução ao valor recuperável (impairment):

- **Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

3.e) Passivo circulante e não circulante (quando aplicável):

- Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. A Administração da Entidade não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão.

3.f) Patrimônio líquido:

Representa o patrimônio inicial da Entidade, acrescido ou reduzido dos superávits/déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição, são empregados integralmente nos objetivos sociais da Entidade conforme divulgado na Nota Explicativa nº 1.

3.g) Receitas:

As receitas da Entidade são apuradas através de recebimentos comprovados por contratos de gestão e, eventualmente, quando ocorrer doações de pessoas físicas e entidades privadas. As aquisições de imobilizado com recursos públicos são registradas na conta redutora da receita, denominada “(-) Repasse destinado à aquisição de imobilizado”, e os valores correspondentes às aquisições transferidos para o passivo não circulante, na conta de “bens públicos em nosso poder” e nela mantidos por tratar-se de itens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou outros fatores específicos.

3.h) Despesas

As despesas da Entidade são comprovadas através de notas fiscais e recibos em conformidade com as exigências legais e fiscais.



3.i) Receitas financeiras e despesas financeiras:

As receitas financeiras abrangem receitas de juros aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas bancárias e demais encargos financeiros.

3.j) Apuração do resultado:

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

4. BANCOS – CONTAS MOVIMENTO

	2018	2017
Banco do Brasil – Conta nº 18274-5	27,75	-
Banco Santander (Brasil) S.A. – Conta nº 3538-2	-	100,50
Banco Santander (Brasil) S.A. – Conta nº 3886-6	10,00	10,00
Banco Santander (Brasil) S.A. – Conta nº 3887-3	40,16	10,00
Banco Santander (Brasil) S.A. – Conta nº 3911-1	-	10,00
Banco Santander (Brasil) S.A. – Conta nº 3912-8	10,00	10,00
Banco Santander (Brasil) S.A. – Conta nº 3913-5	-	89.340,50
Banco Santander (Brasil) S.A. – Conta nº 36987-2	10,00	10,00
Banco Santander (Brasil) S.A. – Conta nº 47885-3	10,00	10,00
	107,91	89.501,00

5. BANCOS – APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	2018	2017
Banco Santander (Brasil) S.A. – Conta nº 4438-0	404.050,09	-
Banco Santander (Brasil) S.A. – Conta nº 4439-7	538.554,48	-
Banco Santander (Brasil) S.A. – Conta nº 3538-2	-	199.907,56
Banco Santander (Brasil) S.A. – Conta nº 3886-6	1.285.195,98	131.321,81
Banco Santander (Brasil) S.A. – Conta nº 3911-1	-	41.813,00
Banco Santander (Brasil) S.A. – Conta nº 3912-8	2.220.124,05	2.207.389,14
Banco Santander (Brasil) S.A. – Conta nº 3913-5	-	133.865,11
Banco Santander (Brasil) S.A. – Conta nº 36987-2	701.315,21	357.681,22
Banco Santander (Brasil) S.A. – Conta nº 47885-3	46.963,11	54.165,65
	5.196.202,92	3.126.143,49

A Entidade mantém a parcela disponível do superávit dos exercícios aplicados financeiramente enquanto não reinvestido em atividades ligadas ao seu objeto social, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1. As aplicações financeiras da instituição não estão sujeitas à incidência de impostos, devido a Entidade gozar de isenção de tributos federais. As aplicações financeiras de liquidez imediata são realizadas com bancos de primeira linha, cuja rentabilidade dos investimentos estão atreladas, geralmente, ao Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI).

6. ADIANTAMENTO A EMPREGADOS

	2018	2017
Adiantamentos de Férias	158.871,59	222.747,47
	158.871,59	222.747,47

7. CRÉDITOS DE CONTRATOS DE GESTÃO

	2018	2017
Contrato de Gestão nº 030/2017	75.962,70	-
Contrato de Gestão nº 067/2018 (UNICA)	374.402,42	-
Contrato de Gestão nº 042/2014 (UBS 24H)	432.387,99	94.776,00
Contrato de Gestão nº 045/2014 (ESF)	557.557,41	15.824,76
	1.440.310,52	110.600,76

8. IMOBILIZADO

IMOBILIZADO DE GESTÃO PÚBLICA	TAXA	2018	2017
Máquinas e Equipamentos	10%	77.972,20	77.972,17
Equipamentos de Uso Médico	10%	160.560,85	161.412,85
Equipamentos de Informática	20%	13.115,14	11.008,99
Aparelhos e Instrumentos de Uso Médico	10%	852,02	-
Móveis e Utensílios	10%	85.514,52	84.956,51
(-) Depreciação Acumulada		(208.892,68)	(174.227,14)
		129.122,05	161.123,44

Conforme preceituado nos contratos de gestão firmados entre o CEJAM e a Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes, os bens patrimoniais adquiridos por conta dos referidos contratos é de uso exclusivo e de propriedade da Prefeitura Municipal.

9. INTANGÍVEL

INTANGÍVEL DE GESTÃO PÚBLICA	TAXA	2018	2017
Direito de Uso de Sistemas	20%	4.740,64	4.740,64
(-) Amortização Acumulada		(4.740,64)	(4.452,45)
		-	288,19

10. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	2018	2017
Salários a Pagar	752.510,46	1.022.679,45
Rescisões a Pagar	211.715,05	-
Pensões Alimentícias a Pagar	2.552,57	1.259,73
	966.778,08	1.023.939,18

11. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E FISCAIS

	2018	2017
INSS a Recolher	67.944,15	93.495,92
INSS Retido de Autônomos a Recolher	1.895,88	-
ISS de Autônomos a Recolher	189,60	-
FGTS a Recolher	127.299,52	165.703,40
Contribuições Sindicais e Assistenciais a Recolher	352,79	5.333,97
IRRF a Recolher	236.170,34	230.360,32
CSRF a Recolher	9.812,22	33.936,71
INSS Retido de PJ a Recolher	12.118,34	15.515,57
ISS Retido na Fonte a Recolher	4.163,99	3.618,23
	459.946,83	547.964,12

12. EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS

	2018	2017
Banco Santander (Brasil) S.A.	-	1.303.903,11
	-	1.303.903,11

A Entidade possui contrato de conta garantida (capital de giro) com o Banco Santander para garantir as operações em caso de atraso dos repasses da Prefeitura. Esta conta possui taxa média de juros pós-fixada equivalente a 0,55% a.m. além do CDI.



13. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

	2018	2017
Provisões para Contingências Trabalhistas	280.835,24	280.835,24
	280.835,24	280.835,24

A entidade é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes para esta filial, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso.

As provisões foram constituídas com base em opinião dos consultores jurídicos da entidade quanto à possibilidade de perda dos processos, considerando inclusive, quando for o caso, os valores dos depósitos judiciais já efetuados, e não são esperadas perdas no encerramento desses processos, além dos valores já provisionados. A entidade adota mecanismos de avaliação dos valores indicados pelos seus consultores jurídicos.

A entidade, com relação a esta filial, figura em outros processos trabalhistas e cíveis avaliados com perda possível no montante de R\$ 916.411,42, sem provisão contábil constituída, estando assim distribuídos:

PROCESSOS COM PERDA POSSÍVEL	2018
De natureza Trabalhista	916.411,42
	916.411,42

14. BENS PÚBLICOS EM NOSSO PODER

A rubrica "Bens públicos em nosso poder", no montante de R\$ 129.122,05 em 2018 e R\$ 161.411,63 em 2017, refere-se aos valores recebidos da Secretaria Municipal de Saúde para aquisição de ativo imobilizado, que serão devolvidos ao município quando do término dos contratos de gestão ou convênios.

O valor desse ativo está demonstrado ao valor de custo, deduzido da depreciação, que concomitantemente representa o valor do ativo imobilizado registrado no ativo.



15. RECEITAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Entidade. A receita é apresentada líquida de abatimentos, glosas e descontos. A adoção inicial do CPC 47 – Receita de Contrato de Cliente não afetou o reconhecimento inicial, mensuração e apresentação das receitas, que já estavam consistentes com os novos requerimentos. Basicamente a nova norma determina que as receitas sejam reconhecidas quando o cliente obtém o controle do bem ou serviço. Nesse sentido, nas atividades de saúde, dentre elas, hospitalar, gestão e promoção em saúde, sejam próprias ou públicas, a receita estava anteriormente reconhecida no momento em que o paciente recebia o serviço. Como historicamente é efetuado pela Entidade, foi constituída a conta de Créditos a Receber, com nota explicativa própria, para os casos de serviços prestados, faturados ou não (na norma, estabelecida como “saldos de contrato”). Não há obrigações de desempenho futuro e condições restritivas de pagamentos relevante, exceto pelas glosas efetuadas pelos Contratos de Gestão, e que também estavam contempladas nas provisões para perdas, quando aplicável, no momento do reconhecimento da receita, em contrapartida ao contas a receber, com base nos dados históricos.

16. RECEITAS COM CONTRATOS DE GESTÃO

	2018	2017
Contrato de Gestão nº 042/2014 (UBS 24H)	16.212.926,36	17.936.074,59
Contrato de Gestão nº 045/2014 (ESF)	21.820.908,58	21.505.026,83
Contrato de Gestão nº 067/2018 (UNICA)	2.950.010,75	-
Contrato de Gestão nº 016/2012 (UNICA)	-	1.231.345,05
Contrato de Gestão nº 042/2012	-	1.036.082,90
Contrato de Gestão nº 030/2017	3.294.629,62	1.865.628,54
	44.278.475,31	43.574.157,91

17. (-) DEVOLUÇÃO DE REPASSES E READEQUAÇÃO FINANCEIRA

Em 06/11/2018, devido ao término do Contrato de Gestão nº 042/2012, a entidade devolveu para a Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes o valor de R\$ 251.967,75, correspondente ao saldo remanescente do respectivo contrato. Pelo mesmo motivo, qual seja término do Contrato de Gestão nº 016/2012, devolvido foi o valor de R\$ 15.030,48.

Em 2017 houve a readequação financeira para o Contrato de Gestão nº 042/2012, no montante de R\$ 200.000,00, em duas parcelas de R\$ 100.000,00, uma correspondente ao mês de novembro e outra a dezembro de 2016, devidamente baixadas no crédito a receber do referido contrato.

18. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2018	2017
Rendimentos de Aplicações Financeiras	205.942,34	213.024,60
Descontos Obtidos	2.247,44	0,01
(-) Despesas Bancárias	(132.767,45)	(342.107,86)
(-) Juros e Mora Comerciais	(2.504,12)	(1.327,71)
(-) Juros e Acréscimos Fiscais	(2.299,98)	(125,11)
	70.618,23	(130.536,07)

19. CUSTOS COM PESSOAL PRÓPRIO

	2018	2017
Remunerações	17.501.553,70	19.433.065,94
Benefícios	1.854.299,94	1.768.667,80
Encargos Sociais	1.798.478,97	2.292.279,59
	21.154.332,61	23.494.013,33

20. CUSTOS COM SERVIÇOS TERCEIRIZADOS

	2018	2017
Serviços Prestados por Pessoas Jurídicas	16.539.109,74	15.890.893,14
Serviços Prestados por Pessoas Físicas	325.327,08	-
	16.864.436,82	15.890.893,14

21. CUSTOS COM MEDICAMENTOS E MATERIAIS DE CONSUMO

	2018	2017
Medicamentos e Materiais de Uso Médico	20.977,49	980,00
Materiais de Consumo	170.458,21	132.699,95
Materiais de Conservação e Reparos	3.791,10	3.901,29
Outros Materiais e Insumos	48.703,62	50.658,14
	243.930,42	188.239,38

22. DESPESAS GERAIS

	2018	2017
Contas de Consumo	9.997,88	3.515,30
Aluguéis (Imóveis, Veículos, Equipamentos e Aparelhos)	389.548,44	608.826,44
Administrativas	1.278,92	20.769,10
Eventos	269,85	935,10
Outras Despesas Gerais	38.219,74	35.538,26
	439.314,83	669.584,20

23. ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO DAS ENTIDADES DE FINS FILANTRÓPICOS

A entidade vem atendendo aos requisitos estabelecidos pela Lei 12.101/2009, chamada "Lei da Filantropia" e demais regulamentações vigentes nas áreas em que atua. Tendo como preponderância a área da Saúde, a entidade vem encaminhando relatório para o Ministério da Saúde (MS) para acompanhamento e fiscalização, sem prejuízo das atribuições dos órgãos de fiscalização tributária. Os relatórios aqui previstos são acompanhados de demonstrações contábeis e financeiras, submetidas a parecer conclusivo de auditoria independente, realizada por instituição credenciada perante o Conselho Regional de Contabilidade (CRC).

A renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), emitido pelo Poder Público, é necessária para manutenção dos benefícios de isenção concedidos pelo Poder Público Federal, Estadual e Municipal e dos convênios firmados com estes poderes.

24. CERTIFICADO BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CEBAS)

O CEJAM, através da Portaria nº 1.109, de 08 de setembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União em 09 de setembro de 2016, em consideração à Nota Técnica nº 107/2016-CGCER/DCEBAS/SAS/MS constante do Processo nº 25000.115009/2015-25/MS, possui o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), com validade até 29 de novembro de 2015, que atualmente, encontra-se em tramitação junto ao Ministério da Saúde, para que este seja renovado.

Em 26 de novembro de 2015 foi protocolado o pedido de renovação do CEBAS junto ao Ministério da Saúde através do Requerimento de Renovação do CEBAS SISPAR nº 25000.196436/2015-19, estando o mesmo em processo de análise junto ao órgão competente.

Em 30 de outubro de 2018 foi protocolado o pedido de renovação do CEBAS junto ao Ministério da Saúde através do Requerimento de Renovação do CEBAS SISPAR nº 25000.191938/2018-98, o qual se encontra aguardando decisão final do processo anterior.

Até a data de aprovação dessas demonstrações contábeis não foi julgado o pedido de apreciação de renovação do CEBAS, que atualmente encontra-se em análise sob o Processo nº 25000.196436/2015-19.

Conforme Decreto nº 8.242/2014, que regulamenta a Lei nº 12.101/2009, fica determinado o seguinte:

“Art. 4º - Os requerimentos de concessão da certificação e de sua renovação deverão ser protocolados junto aos Ministérios da Saúde, da Educação ou do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, conforme a área de atuação preponderante da entidade, acompanhados dos documentos necessários à sua instrução, nos termos deste Decreto.”

“Art. 8º - O protocolo do requerimento de renovação da certificação será considerado prova da certificação até o julgamento do seu processo pelo Ministério certificador.”

A administração do CEJAM e seus assessores jurídicos entendem que efetuaram todos os procedimentos obrigatórios, de acordo com a legislação vigente e dentro dos prazos legais, para ter deferimento do pedido de renovação do CEBAS e consideram legítimo o benefício da isenção previdenciária usufruída nos exercícios de 2018 e 2017. Adicionalmente a administração do CEJAM efetuou uma consulta formal a advogado terceiro sobre a probabilidade de obtenção da renovação do CEBAS, e foi considerada pelo advogado terceiro como “provável” a obtenção da renovação do CEBAS pelo CEJAM.

25. ISENÇÕES PREVIDENCIÁRIAS (QUOTA PATRONAL)

A Entidade é isenta de Contribuições para a Seguridade Social com base na Lei nº 8.212/1991. A Entidade, a título de demonstração, vem evidenciando as contribuições sociais usufruídas. Esses valores anuais equivalem às isenções alcançadas nas contribuições previdenciárias do INSS (quota patronal).

A isenção das contribuições sociais usufruídas no ano de 2018 foi de R\$ 4.687.631,04 (em 2017 de R\$ 4.858.909,06) e está registrada em conta própria de “Compensação das Isenções Patronais Previdenciárias”, no grupo de despesas, da seguinte forma:

ISENÇÕES PREVIDENCIÁRIAS USUFRUÍDAS	2018	2017
Cota Patronal INSS sobre a Folha de Pagamento	4.622.565,62	4.858.909,06
Cota Patronal s/ Serviços Prestados por. Pessoas Físicas	65.065,42	-
	4.687.631,04	4.858.909,06
(-) Isenção Usufruída:		
(-) Cota Patronal INSS sobre a Folha de Pagamento	(4.622.565,62)	(4.858.909,06)
(-) Cota Patronal s/ Serviços Prestados por. Pessoas Físicas	(65.065,42)	-
	0,00	0,00

A Entidade atende todos os requisitos e exigências necessários à renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), tendo observado os procedimentos requeridos pela legislação e aguarda decisão sobre seu processo de renovação SIPAR/MS nº 25000.196436/2015-19.

26. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES (RENÚNCIA FISCAL)

Imposto de renda e contribuição social: em virtude de ser uma entidade sem fins lucrativos, a entidade goza do benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com o Decreto nº 76.186 de 02/09/75, artigos 167 a 174 do Regulamento do Imposto de Renda (RIR), aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26/03/99 e artigo 195 da Constituição Federal.

PIS: por ser uma entidade filantrópica, é isenta do pagamento do PIS incidente sobre as receitas de suas atividades próprias, bem como o calculado sobre a folha de salários.

COFINS: por ser uma entidade filantrópica, é isenta do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às suas atividades próprias, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e 10.833/03.

Isenção previdenciária usufruída: para atender aos requisitos da legislação pertinente, a entidade registra em contas de resultado os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas.

Em atendimento a ITB 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, aprovada pela Resolução CFC nº 1.409/2012, a entidade apresenta a seguir a renúncia fiscal apurada no exercício de 2018, caso a obrigação devida fosse. Para isso, em nosso julgamento, consideramos as seguintes contribuições e respectivas alíquotas, ressaltando que se trata de cálculos estimados de renúncia fiscal abrangendo os principais impostos e contribuições em função da Entidade não possuir escrituração fiscal em virtude de sua natureza não lucrativa.

- COFINS incidente sobre a receita: 3% (regime cumulativo)

Com base nos percentuais acima mencionados estimamos que a renúncia fiscal no exercício de 2018 foi de R\$ 1.319.145,61 (em 2017 R\$ 1.291.300,78), distribuída da seguinte forma:

	2018	2017
RENÚNCIA FISCAL		
Cofins	1.319.145,61	1.291.300,78
	1.319.145,61	1.291.300,78

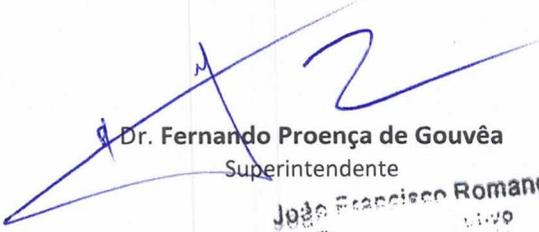


27. SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO

O Superávit do exercício de 2018 foi de R\$ 5.333.633,60 e o do exercício de 2017 de R\$ 2.653.809,04, estando assim distribuído entre os contratos de gestão:

	2018	2017
Contratos de Gestão nº 042/2014 (UBS 24H)	2.225.492,38	471.771,67
Contratos de Gestão nº 045/2014 (ESF)	2.016.425,72	2.355.660,88
Contrato de Gestão nº 016/2012 (UNICA)	(95,26)	(112.583,46)
Contrato de Gestão nº 042/2012 (EACS)	(242.095,50)	(94.969,91)
Contrato de Gestão nº 030/2017 (EACS)	266.423,01	33.929,86
Contrato de Gestão nº 067/2018 (UNICA)	1.067.483,25	-
	5.333.633,60	2.653.809,04

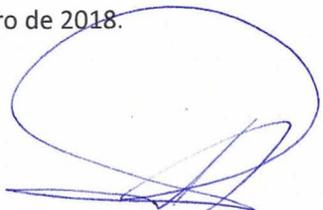
Mogi das Cruzes, 31 de dezembro de 2018.



Dr. Fernando Proença de Gouvêa
Superintendente

João Francisco Romano
G:

RG: 18.000.000-0



Alexandre Papi

Contador CRC nº 1SP130223/O-3